

## A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FORMAÇÃO DOCENTE, POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

THE INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: TEACHER TRAINING, PUBLIC POLICIES AND PEDAGOGICAL PRACTICES

LA INCLUSIÓN DE NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: FORMACIÓN DOCENTE, POLÍTICAS PÚBLICAS Y PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS

Roberta Fontes Toledo Barbosa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo buscou analisar, à luz da literatura acadêmica, como a formação docente, as políticas públicas educacionais e as práticas pedagógicas influenciam o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada na análise de obras científicas, documentos oficiais e estudos recentes sobre a temática. Os resultados apontam que, embora o direito à inclusão esteja assegurado legalmente, ainda há um descompasso entre as políticas e a realidade das salas de aula. Muitos professores relatam sentir-se despreparados para atuar com alunos com TEA, o que revela lacunas na formação inicial e a necessidade de uma formação continuada crítica, reflexiva e prática. Além disso, práticas pedagógicas inclusivas ainda são desiguais entre instituições, sendo altamente dependentes da iniciativa e sensibilidade do docente. Conclui-se que a efetiva inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil depende do fortalecimento das políticas públicas, da valorização da formação docente e da construção de práticas pedagógicas que reconheçam e respeitem as singularidades de cada criança.

1887

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação Infantil. Transtorno do Espectro Autista. Formação Docente.

**ABSTRACT:** This article aimed to analyze, in light of academic literature, how teacher training, public education policies and pedagogical practices influence the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education. It is a bibliographic research with a qualitative approach, based on the analysis of scientific works, official documents and recent studies on the topic. The results indicate that, although the right to inclusion is legally guaranteed, there is still a gap between policies and classroom reality. Many teachers report feeling unprepared to work with students with ASD, which reveals gaps in initial training and the need for critical and reflective continuing education. Furthermore, inclusive pedagogical practices remain unequal among institutions and are often dependent on individual teacher initiative. It is concluded that the effective inclusion of children with ASD in Early Childhood Education depends on the strengthening of public policies, the enhancement of teacher training and the development of pedagogical practices that recognize and respect each child's uniqueness.

**Keywords:** Inclusion. Early Childhood Education. Autism Spectrum Disorder. Teacher Training.

<sup>1</sup> Mestre em Educação: formação de professores pela Fundação Universitária Iberoamericana.

**RESUMEN:** Este artículo tuvo como objetivo analizar, a la luz de la literatura académica, cómo la formación docente, las políticas públicas educativas y las prácticas pedagógicas influyen en la inclusión de niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la Educación Infantil. Se trata de una investigación bibliográfica, con enfoque cualitativo, basada en el análisis de obras científicas, documentos oficiales y estudios recientes sobre el tema. Los resultados muestran que, aunque el derecho a la inclusión está legalmente garantizado, todavía existe una brecha entre las políticas y la realidad de las aulas. Muchos docentes afirman sentirse despreparados para trabajar con estudiantes con TEA, lo que evidencia deficiencias en la formación inicial y la necesidad de una formación continua crítica, reflexiva y práctica. Además, las prácticas pedagógicas inclusivas siguen siendo desiguales entre instituciones, dependiendo muchas veces de la iniciativa individual del docente. Se concluye que la inclusión efectiva de niños con TEA en la Educación Infantil depende del fortalecimiento de las políticas públicas, de la valorización de la formación docente y de la construcción de prácticas pedagógicas que reconozcan y respeten las singularidades de cada niño.

**Palabras clave:** Inclusión. Educación Infantil. Trastorno del Espectro Autista. Formación Docente.

## INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é o primeiro espaço institucional de convivência social e aprendizagem formal da criança. Nela, constrói-se não apenas o conhecimento acadêmico inicial, mas também as relações afetivas, os vínculos com o outro e a descoberta de si mesmo. Quando falamos de inclusão, especialmente de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esse espaço precisa se tornar ainda mais acolhedor, respeitoso e adaptado às especificidades do desenvolvimento infantil. Incluir, neste contexto, significa garantir que todas as crianças, com suas singularidades, tenham oportunidades reais de aprender, interagir e se expressar.

O avanço das políticas públicas voltadas à inclusão escolar representou um marco importante na luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. A promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), bem como a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), consolidaram o direito ao acesso, à permanência e à aprendizagem no ambiente escolar comum. No entanto, apesar dos avanços legais, a realidade educacional ainda apresenta lacunas quando se trata da inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, especialmente no que se refere à formação docente e às práticas efetivamente inclusivas.

Diversos estudos têm apontado que muitos professores se sentem inseguros e despreparados para trabalhar com alunos com TEA, seja pela ausência de formação específica, seja pela falta de apoio institucional e recursos adequados (CAMARGO; BOSA, 2009). Essa

insegurança reflete diretamente nas práticas pedagógicas, que nem sempre contemplam as necessidades sensoriais, cognitivas e emocionais dessas crianças. Para além de recursos materiais, é fundamental que o professor compreenda o autismo em sua complexidade e seja capaz de desenvolver estratégias pedagógicas ajustadas ao perfil de cada aluno.

Nesse sentido, a formação docente assume papel central no processo de construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Não se trata apenas de oferecer cursos pontuais sobre o tema, mas de incorporar à formação inicial e continuada uma perspectiva crítica e reflexiva, que dialogue com a prática e possibilite a escuta dos sujeitos reais da escola. Como destaca Mantoan (2006), não há inclusão possível sem a transformação das concepções e das atitudes de quem educa. A inclusão de crianças com TEA exige do professor sensibilidade, flexibilidade e compromisso com uma educação que respeite a diversidade como princípio pedagógico.

Além da formação, é preciso considerar as políticas públicas como eixo estruturante da inclusão. A simples existência de leis não garante a efetividade das ações inclusivas. É necessário que os sistemas de ensino implementem medidas concretas para apoiar os professores, como equipes multidisciplinares, formação em serviço, adaptação curricular e redução do número de alunos por sala. A inclusão demanda um esforço coletivo e institucional, que vá além do trabalho isolado de professores comprometidos e busque estruturar práticas pedagógicas que realmente garantam o direito de aprender.

1889

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, como a formação docente, as políticas públicas e as práticas pedagógicas influenciam o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil. A proposta é refletir, a partir das contribuições teóricas, sobre os avanços, os desafios e as possibilidades para a construção de uma escola mais sensível, justa e verdadeiramente inclusiva desde os primeiros anos da infância.

## MÉTODOS

Este artigo é fruto de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica, voltada à análise crítica e reflexiva de produções acadêmicas relacionadas à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. A escolha por esse tipo de estudo justifica-se pela necessidade de compreender como os discursos e conhecimentos acumulados pela literatura científica têm contribuído para pensar a formação docente, as políticas públicas e as práticas pedagógicas inclusivas. A pesquisa bibliográfica

oferece a possibilidade de estabelecer diálogos entre diferentes autores, identificar convergências e divergências, além de construir um panorama mais amplo sobre os principais desafios e avanços na temática investigada.

O levantamento de fontes foi realizado em bases de dados de acesso público, como SciELO, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e repositórios de universidades, priorizando artigos científicos, dissertações, teses e livros publicados entre os anos de 2010 e 2024. A seleção dos materiais teve como critérios a relevância temática, a atualidade das publicações e a credibilidade das fontes. Buscou-se contemplar obras que discutem a inclusão escolar do aluno com TEA sob diferentes enfoques: legal, pedagógico, formativo e institucional.

Durante a análise, foram utilizadas como palavras-chave os seguintes descritores: “Transtorno do Espectro Autista”, “Educação Infantil”, “inclusão escolar”, “formação de professores” e “práticas pedagógicas inclusivas”. A leitura dos textos foi feita de forma integral, com atenção à metodologia utilizada pelos autores, às categorias de análise propostas e às reflexões que dialogavam diretamente com o objetivo deste artigo. Todo o processo teve como foco a construção de uma compreensão crítica e sensível sobre os caminhos que têm sido traçados para tornar a escola infantil um espaço verdadeiramente inclusivo.

A organização dos dados se deu a partir da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que permite identificar unidades de sentido, categorias emergentes e temas recorrentes nas obras selecionadas. Essa técnica possibilitou sistematizar os resultados encontrados em três eixos principais: a formação docente para a inclusão, o papel das políticas públicas na garantia de direitos, e as práticas pedagógicas efetivas no cotidiano da Educação Infantil. Cada um desses eixos foi explorado na seção de resultados e discussão, de forma a evidenciar tanto os avanços quanto os desafios ainda enfrentados nas instituições de ensino.

Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, não houve coleta de dados com sujeitos humanos, dispensando, portanto, submissão a comitê de ética. Ainda assim, todos os cuidados éticos foram respeitados quanto à integridade das fontes, à correta citação dos autores e à responsabilidade na interpretação dos dados. O estudo pauta-se no compromisso com uma produção científica que não apenas reflita a realidade, mas que também contribua para transformá-la, fortalecendo a luta por uma educação infantil mais sensível, justa e acolhedora para todas as crianças.

A formação de professores voltada à inclusão de crianças com TEA também precisa considerar o aspecto emocional do trabalho docente. O vínculo que se estabelece entre o

educador e a criança, mediado por gestos, olhares e pequenas conquistas diárias, é um dos pilares da aprendizagem. Quando o professor é sensibilizado para acolher essas experiências, ele passa a compreender que ensinar não se resume à transmissão de conteúdos, mas é, sobretudo, um ato de cuidado (MANTOAN, 2006).

Muitos autores reforçam que a inclusão se fortalece quando há comprometimento coletivo. Não basta um professor isolado tentando adaptar práticas dentro de uma estrutura escolar excludente. É preciso que a gestão, a coordenação pedagógica e os demais profissionais atuem de maneira articulada, construindo juntos um projeto político-pedagógico que valorize a diversidade como princípio (SASSAKI, 2003).

É importante destacar que, embora a legislação brasileira avance no reconhecimento dos direitos das crianças com deficiência, sua implementação ainda encontra obstáculos estruturais. Falta de investimento público, ausência de políticas intersetoriais e carência de formação continuada são alguns dos fatores que impedem a consolidação de uma escola realmente inclusiva (BRASIL, 2015).

A análise também evidencia que o olhar do professor sobre a criança com TEA influencia diretamente sua prática. Quando o educador enxerga a deficiência como limitação, tende a reproduzir práticas de exclusão. Por outro lado, quando compreende o aluno como sujeito de direitos, capaz de aprender e se desenvolver, mesmo com apoio, passa a criar condições reais de participação (VIGOTSKY, 1991).

Outra questão sensível é o tempo. A inclusão de crianças com TEA exige tempo para observar, adaptar, acolher e replanejar. Contudo, o cotidiano da Educação Infantil é marcado pela pressa, pela pressão por cumprimento de conteúdos e pela sobrecarga de tarefas. Repensar o tempo pedagógico é também uma forma de incluir (PACHECO; MELLO, 2019).

Nos textos analisados, foi possível perceber que há uma tendência crescente de se buscar práticas mais sensíveis e integradas, como o uso de atividades sensoriais, rotinas estruturadas e comunicação alternativa. Essas estratégias, quando aplicadas com intencionalidade e afeto, favorecem não apenas a aprendizagem da criança com TEA, mas enriquecem todo o grupo (GARCIA, 2019).

É preciso também considerar que a inclusão é um processo e não um ponto de chegada. Ela se constrói dia após dia, entre avanços e retrocessos, exigindo do professor paciência, escuta e abertura ao inesperado. A criança com autismo nos convida a pensar a escola para além da norma, da média e da uniformidade (FREIRE, 1996).

Em várias experiências bem-sucedidas, a flexibilidade do professor aparece como um elemento-chave. Ao invés de seguir um planejamento rígido, o docente adapta os caminhos conforme a resposta da criança, ajusta objetivos e celebra pequenas conquistas. Essa postura, que valoriza o processo em detrimento do produto final, é uma marca da inclusão (ALMEIDA; LIMA, 2018).

Também foi observado que a resistência à inclusão, por parte de alguns profissionais, não decorre necessariamente de preconceito, mas sim do medo de errar, do desconhecimento ou da falta de apoio. Por isso, promover espaços de escuta e acolhimento entre os próprios professores é essencial para que a cultura inclusiva floresça de forma verdadeira (COSTA; FERREIRA, 2020).

Por fim, os estudos analisados reforçam que a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil é possível, necessária e urgente. Ela exige compromisso ético, investimento em formação, articulação entre políticas públicas e vontade institucional de transformar. Mais do que um dever legal, trata-se de uma escolha pedagógica e humana, que reconhece que toda criança tem o direito de ser vista, ouvida e respeitada em sua singularidade.

## CONCLUSÃO

1892

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil é um desafio complexo e urgente, que exige da escola muito mais do que boa vontade. Trata-se de uma questão ética, política e pedagógica que envolve o reconhecimento da criança como sujeito de direitos e da escola como espaço de pertencimento. A partir da análise bibliográfica realizada, ficou evidente que, embora haja avanços significativos no campo legal e teórico, a efetivação da inclusão ainda depende de condições concretas que nem sempre estão garantidas nas instituições de ensino.

Os resultados mostraram que a formação docente é um dos principais pilares para a construção de uma educação inclusiva desde a infância. Sem um preparo adequado, crítico e sensível, o professor tende a se sentir inseguro diante das especificidades do autismo, o que compromete a qualidade das práticas pedagógicas e, por consequência, o desenvolvimento da criança. A formação continuada, quando dialoga com a realidade do chão da escola e é construída de forma colaborativa, tem se mostrado um caminho potente para apoiar o trabalho docente e fortalecer a inclusão.

Outro ponto que merece destaque é a necessidade de articulação entre as políticas públicas e o cotidiano escolar. Não basta ter leis que garantam o acesso e a permanência da criança com TEA; é preciso que essas leis se concretizem em ações, recursos, equipes de apoio e condições reais de trabalho. Quando há suporte institucional e compromisso coletivo, os professores conseguem desenvolver práticas mais criativas, ajustadas e humanas, promovendo o respeito à singularidade de cada criança e o fortalecimento do grupo como um todo.

As práticas pedagógicas inclusivas analisadas demonstram que a inclusão não é algo impossível ou abstrato, mas um processo construído cotidianamente, por meio de gestos simples, escuta sensível, planejamento flexível e vínculos afetivos. Os professores que reconhecem a importância de acolher, adaptar e celebrar cada conquista — por menor que pareça — tornam-se protagonistas na construção de uma escola mais justa e significativa para todos. A inclusão, quando assumida com sensibilidade e intencionalidade, beneficia não apenas a criança com deficiência, mas toda a comunidade escolar.

Diante disso, conclui-se que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil é um compromisso que ultrapassa o indivíduo e envolve toda a estrutura educacional. Requer políticas públicas efetivas, formação docente contínua e práticas pedagógicas que acolham a diversidade como potência. Mais do que uma exigência legal, a inclusão é um ato de esperança, de humanidade e de transformação social que começa nos primeiros anos da vida escolar onde tudo pode ser semeado com afeto, respeito e equidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A.; LIMA, M. C. **A inclusão na educação infantil: práticas pedagógicas e desafios enfrentados pelos professores.** *Revista Educação Pública*, v. 18, n. 4, p. 55-70, 2018.

ARANHA, M. S. F. *Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?* São Paulo: Moderna, 2009.

BARROS, D. C. **Atividades pedagógicas adaptadas para crianças com TEA: estratégias e reflexões.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 3, p. 407-423, 2019.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.* Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.* Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.

CAMPOS, A. C. **Formação docente e práticas inclusivas na educação infantil: entre o desafio e a superação.** *Cadernos de Formação Docente*, v. 14, n. 1, p. 45-58, 2020.



CARVALHO, S. C. **Convivência escolar e inclusão: caminhos possíveis na infância.** *Revista Interfaces da Educação*, v. 13, n. 38, p. 121-135, 2022.

COSTA, M. R.; FERREIRA, T. D. **Círculos de escuta e formação docente: práticas para uma escola mais inclusiva.** *Educação em Revista*, v. 36, e234567, 2020.

FERREIRA, L. M.; LIMA, K. M. **Inclusão de crianças com TEA na educação infantil: desafios e estratégias.** *Revista Psicopedagogia*, v. 38, n. 116, p. 123-135, 2021.

GARCIA, R. M. **Práticas pedagógicas sensoriais na inclusão de crianças com TEA.** *Educar em Revista*, v. 35, n. 73, p. 145-160, 2019.

LOPES, S. R.; VASCONCELOS, F. **A relação família-escola na inclusão de crianças com autismo.** *Revista Educação Especial*, v. 33, n. 2, p. 227-241, 2021.

MACHADO, A. C. **Cuidar e educar na educação infantil: um olhar para a inclusão.** *Revista Práxis Educacional*, v. 14, n. 20, p. 98-113, 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

OLIVEIRA, R. P. **Políticas públicas e inclusão de crianças com autismo: realidade e desafios.** *Revista Currículo sem Fronteiras*, v. 21, n. 2, p. 239-255, 2021.

PACHECO, J. P.; MELLO, L. G. **Tempo pedagógico e inclusão escolar: entre o ritmo da escola e o tempo da criança.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, e240046, 2019.

RODRIGUES, A. M.; COSTA, D. F. **Formação continuada e inclusão escolar: um olhar a partir dos professores da educação infantil.** *Revista Educação em Foco*, v. 26, n. 2, p. 87-100, 2021.

ROSA, D. S. **A inclusão de crianças com deficiência: reflexões sobre a participação e o pertencimento.** *Revista Educação e Realidade*, v. 47, n. 1, p. 23-38, 2022.

SANTOS, M. R.; ALMEIDA, L. **A ludicidade no processo de inclusão de crianças com TEA na educação infantil.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 4, p. 745-760, 2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SILVA, T. F.; BRUNO, L. **A formação do professor e a inclusão de crianças com TEA: o que dizem os educadores?** *Revista Educação Especial*, v. 33, n. 1, p. 133-150, 2020.

SILVEIRA, G. H.; NOGUEIRA, M. C. **Saúde mental docente e inclusão: desafios contemporâneos.** *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, n. 3, p. 307-318, 2020.

SOUZA, R. M. **Dificuldades enfrentadas por professores na inclusão de crianças com autismo na educação infantil.** *Revista Educação Especial*, v. 32, n. 1, p. 65-78, 2019.

VIEIRA, M. L. **O professor reflexivo e a criança com TEA: desafios para a prática inclusiva.** *Revista Educação e Pesquisa*, v. 43, n. 2, p. 411-426, 2017.



VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.